

A CONTRIBUIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR PARA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

BERTOLINI, D.C.

BOLONHEZI, C.S.

Resumo

Neste trabalho buscamos realizar um levantamento sobre as primeiras leis específicas em relação à criança e ao adolescente junto a criação do ECA, as legislações atuais relacionadas a criança e ao adolescente e as vinculadas a escolarização, bem como conhecer as ações desenvolvidas pelo Conselho Tutelar diante da escola na garantia da educação escolar de crianças e adolescentes do ensino fundamental II. Por fim realizamos uma apreciação dos dados coletados em instituições de ensino e no conselho tutelar com base na fundamentação teórica.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente; Conselho Tutelar; Direitos Educacionais; Ensino Fundamental II; Criança e Adolescente,

Abstract

Subsequently a survey was carried out on the first specific laws in relation to children and adolescents along with the creation of the CA, the current legislation related to children and adolescents and those related to schooling, as well as to know the actions developed by the Child Protective Service before the school in guaranteeing the school education of children and adolescents belonging to elementary school II. Finally, the data collected from educational institutions and the Child Protective Service board is evaluated based on theoretical basis.

Keywords: Children Act; Child Protective Service; Educational Rights; Elementary School II; Child and Adolescent.

Introdução

Esse estudo tem como justificativa a importância de termos um melhor conhecimento de como se dá o papel do conselho tutelar junto a escola, já que ambos têm o dever de proteger e assegurar a criança e ao adolescente seu desenvolvimento pleno na sociedade.

Na nossa pesquisa buscamos responder o seguinte questionamento: Onde na verdade o conselho tutelar se encaixa na escola, sabendo que essa relação da escola com o conselho deve ser vista como um parceiro, principalmente nos casos que envolvem a violação ou ameaça dos direitos da criança e do adolescente, e como essa parceria é desenvolvida para melhor trabalho de ambos, trabalhando para que se possa aplicar o que é exigido pela lei do ECA para proteção da criança e do adolescente.

Segundo Ferreira (1993), o ECA busca garantir o direito do nascituro, garantindo a permanência do neonato junto a mãe, humanizando o ambiente hospitalar, garantindo exames que visem o diagnóstico precoce de anormalidades no metabolismo, promovendo assim todos os direitos a parturiente.

Este trabalho é fruto de um trabalho de Conclusão de Curso para obter a licenciatura em Pedagogia e para contemplar os conhecimentos teóricos na nossa pesquisa analisamos os estudos sobre a Concepção de Infância, Adolescência e Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Infância e Família e por fim buscamos esclarecimentos sobre o Conselho Tutelar, suas funções e Importância bem como analisamos os Marcos da Educação seguida de uma análise dos resultados de pesquisa.

Objetivos

- Realizar um levantamento sobre as primeiras leis específicas em relação à criança e ao adolescente junto a criação do ECA, as legislações atuais relacionadas a criança e ao adolescente vinculadas a escolarização;
- Conhecer as ações envolvidas pelo conselho tutelar diante da escola na garantia da educação escolar de crianças e adolescentes do ensino

fundamental II e analisar dados coletados em instituições de ensino e no conselho tutelar.

Método

O trabalho foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas, de abordagem descritiva quantitativa e qualitativa. Em relação aos objetivos aplicados, buscou-se um aprofundamento nas questões propostas no trabalho, para essa pesquisa e melhoria na atuação profissional. Segundo Oliveira (1999), a pesquisa bibliográfica tem como principal característica a fonte dos dados, o campo onde será realizada a pesquisa, e a bibliografia especializada.

Resultados

A pesquisa de campo foi realizada em dois colégios públicos estaduais, o qual oferta o ensino fundamental II e ensino médio. Localizados em uma região de vulnerabilidade social da cidade de Apucarana e Cambira respectivamente.

Foram elaborados dois questionários para os entrevistados da cidade de Apucarana, estruturados da seguinte forma: o questionário do diretor, outro questionário para a pedagoga e uma entrevista para o conselheiro.

Já para a cidade de Cambira, foram elaborados os questionários estruturados da seguinte forma: questionário para os 15 professores, outro questionário para o diretor, para a pedagoga e para o conselheiro, conseqüentemente tivemos as repostas para análise de dados.

Para melhor compreensão e aprofundamento sobre o tema a contribuição do conselho tutelar para efetivação do direito a educação de crianças e adolescentes foi aplicado um questionário, o qual tem por objetivo verificar as opiniões de gestores da educação de uma escola estadual, e o conselho tutelar sendo explicadas as atribuições e as falhas para com os direitos das crianças e adolescentes:

Essa pesquisa teve por objetivo conhecer sobre o trabalho do CT dentro do âmbito escolar, e como se dá essa relação entre conselheiro e gestores escolar, na perspectiva de que os direitos das crianças e adolescentes sejam garantidos e efetuados de acordo com o ECA. Houve a aplicação de uma entrevista com 04 (quatro) perguntas para o conselheiro e a estruturação de dois questionários de 05 (cinco) perguntas para o diretor e a pedagoga de uma instituição de ensino da cidade de Apucarana e na cidade de Cambira houve a aplicação de questionários para 15 professores, questionário para o diretor, para a pedagoga e o outro questionário para o conselheiro.

Considerações finais

Através deste estudo foi possível concluir que toda legislação aplicada a educação é um diferencial na aprendizagem de crianças e adolescentes, e que buscar seu entendimento é fundamental e possibilita uma melhor compreensão desta realidade. A educação resume-se em dar as pessoas, independentemente da idade, a oportunidade de desenvolver o seu potencial, coletiva ou individualmente. Não se trata apenas de um direito, mas também um dever e uma responsabilidade para com os outros e com toda a sociedade. É imprescindível que o reconhecimento desse direito seja acompanhado de medidas que garantam as condições necessárias para o exercício do aprendizado.

Referência

FERREIRA, Roberto Martins. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1993.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**. Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

PAIVA, Antônio Murilo de. **Estatuto Da Criança E Do Adolescente (ECA)**.
2014. Disponível em:
<http://www.consec.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=2>
Acesso em: 24/02/2017.